

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fomentador da diversificação e a agregação de valor na agricultura familiar

Vilmar da Silva *

Resumo: Nos últimos anos o Brasil, país de dimensões continentais que possui uma vasta área ocupada pelo setor agrícola, tem vivenciado um grande crescimento dos centros urbanos, onde muitos habitantes estão, na grande maioria, em precárias condições de vida, ao mesmo tempo em que o número de habitantes na área rural vem diminuindo. Isso indica que os chamados pequenos agricultores estão deixando o campo em busca de oportunidades nos centros urbanos, causando o inchaço destes. A estrutura fundiária brasileira é formada em grande parte por pequenos agricultores, porém, que ocupam menos de 50% da área rural. Um dos fatores que contribui para que este fato ocorra é a dificuldade encontrada pelos agricultores familiares em comercializar sua produção com preços melhores. O PAA, Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, fomenta a diversificação da produção com a possibilidade da venda direta dos produtores para as entidades beneficiárias, agregando valor à produção da agricultura familiar e possibilitando que o pequeno agricultor continue no campo, com mais qualidade de vida, contribuindo desta forma para o desenvolvimento econômico da região em que está situado.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Regional



* **VILMAR DA SILVA** é Mestrando em Desenvolvimento Regional e trabalha na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Nos últimos anos o Brasil, país de dimensões continentais que possui uma vasta área ocupada pelo setor agrícola, tem vivenciado um grande crescimento dos centros urbanos, onde muitos habitantes estão, na grande maioria, em precárias condições de vida, ao mesmo tempo em que o número de habitantes na área rural vem diminuindo. Isso indica que os chamados pequenos agricultores estão deixando o campo em busca de oportunidades nos centros urbanos, causando o inchaço destes.

Conforme Olinger (1991) relata, esta explosão foi alimentada por um intenso fluxo migratório das populações do campo, que esperam encontrar nas cidades a superação que as envolve no meio rural, porém estatísticas demonstram que a maioria absoluta destes migrantes enfrenta um destino ainda mais triste do que tinham em seu modo de vida camponês.

A Agricultura Familiar corresponde, conforme Lamarche (1997), a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

Outra definição de Agricultura familiar, segundo de Abramovay¹, é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento.

¹ Disponível em:
<http://www.abramovay.pro.br/resenhas/futurore gioes.htm#famiar>



Abramovay, em entrevista², relata que a participação da agricultura familiar é essencial para o Brasil rural, uma vez que:

Ela garante a existência de um tecido social que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura. Não é um momento transitório que será suprimido quando o progresso chegar. Isso não aconteceu nos países desenvolvidos e não vai acontecer aqui. A agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura. No coração do capitalismo mundial - as planícies norte-americanas, centro e norte da Europa - a agricultura é de natureza familiar e o trabalho assalariado excepcional.

Historicamente o estigma que permeia as atividades dos agricultores familiares é a dificuldade da apropriação social dos bens produzidos.

² Fonte: GloboRural.globo.com
<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0.6993.EEC597286-2344.00.html> - acesso em 20 set. 2010.

No seu trabalho “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” o autor Ricardo Abramovay (2007), descreve claramente o histórico da dominação do mercado capitalista sobre a produção dos pequenos agricultores, ou como ele os define, a família camponesa de pequena produção.

Ainda sobre esta dominação do mercado capitalista, Viotti (2001) esclarece que:

Assim, uma importante parte das condições particularmente perversas — pobreza, miséria, desigualdade e degradação ambiental —, características da maioria dos processos de desenvolvimento de economias retardatárias, é consequência da falta de um sistema de mudança técnica que assegure uma competitividade autêntica para seus produtos. Em outras palavras, essas economias não conseguiriam sobreviver se não pudessem extrair competitividade da exploração predatória de seus recursos naturais e humanos.

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, o aumento da produtividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura dos **pequenos proprietários**³ é o principal caminho para sair da pobreza usando a agricultura para o desenvolvimento.

O caminho disponível para que o pequeno agricultor consiga diversificar e agregar valor à sua produção é o cooperativismo, pois além de contribuir na organização dos produtores é também um facilitador comercial, seja na redução dos gastos da produção ou na agregação de valor à produção na hora da comercialização. Por meio do cooperativismo acontece o fortalecimento dos agricultores

familiares para as reivindicações políticas ou de benefícios para a Agricultura Familiar.

O cooperativismo tem por princípios objetivos sociais e econômicos, integrando pessoas na busca de uma vida melhor. Desta forma, busca unir as forças dos agentes interessados em prol de um benefício comum. (ABRANTES, 2004).

Sobre a organização de produtores, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, discorre:

A ação coletiva das organizações de produtores pode reduzir os custos das transações nos mercados, conseguir algum peso no mercado e ter maior representação nos fóruns de políticas nacionais e internacionais. As organizações de produtores são essenciais para os pequenos proprietários alcançarem competitividade.

O Brasil, em particular, nas últimas décadas investiu forte na agricultura de *commodities*⁴.

Neste contexto o agricultor familiar não tinha muita opção no aumento da renda familiar e conseqüentemente não havia perspectiva na melhoria da qualidade de vida. Fato afirmado por Bueno (1986):

O patinho feio da agricultura brasileira é a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, pois os governos se preocuparam muito em viabilizar uma política econômica na

³ Grifo nosso.

⁴ *Commodities* (significa mercadoria em inglês) pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional. Fonte: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/commodities.htm

agricultura que se traduzisse em dólares. Porém, o povo brasileiro consome arroz, feijão, carne, mandioca, batata, etc., e a produção agrícola de geração de divisa para o País não supre a necessidade alimentar do povo brasileiro.

A comercialização da produção era realizada de forma centralizada, ou seja, os pequenos agricultores tinham que entregar a produção para as empresas da região que têm potencial de fazer o intermédio entre produtor e mercado final, seja este nacional ou de exportação.

Conforme argumenta Silva (1998), este modelo agrava a questão agrária brasileira pelo modo como expande as relações capitalistas de produção no campo, ou seja, a maneira com que o país tem conseguido aumentar a produção agropecuária causa impactos negativos sobre o nível de renda e de emprego da população rural.

Com o passar dos anos, o cenário foi se modificando. A demanda pela manutenção do agricultor no meio rural, a produção deficitária de alimentos de consumo no campo e falta destes alimentos nas cidades, levou o governo a criar políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor, buscando fazer com que este permaneça no campo, produzindo para seu próprio consumo e para o consumo dos habitantes das cidades, por meio da diversificação da produção, trazendo mais qualidade na vida da população.

Vários autores afirmam que a produção diversificada na agricultura familiar melhora a qualidade de vida da família e desencadeia um desenvolvimento geral na economia regional. Este fato pode ser observado no relato de Perondi (2009) que descreve:

As famílias que diversificam intersetorialmente e que beneficiam

suas produções alcançaram rendas totais maiores que as demais. Isso significa que as vantagens da diversificação são menores quando a produção se concentra apenas em atividades agrícolas dentro da unidade familiar, sendo também premente que ocorra a diversificação intersetorial, compreendendo a pluriatividade e a integração com novas e oportunas fontes de renda.

Corroborando com esta asseveração, Ribemboim (2006, p. 42), quando fala dos produtos agrícolas e mercados no agronegócio, diz que é possível afirmar, ainda, que, ao diversificar a produção rural, pode-se vislumbrar um horizonte bem mais estável para as firmas e trabalhadores que se dedicam àquele setor.

Uma das políticas criadas pelo Governo Federal foi o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁵. Com o advento do Programa foi fomentada a idéia de produção diversificada de alimentos com o intuito de que o pequeno agricultor pudesse produzir alimentos para sua subsistência e ainda realizar a venda direta do excedente da sua produção, através de associações ou cooperativas, com um mercado que garantisse a compra desta.

Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios.

⁵ Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em: 20 set. 2010.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero⁶ e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

As experiências de cooperativismo e associativismo definem estratégias de

⁶ O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Fonte: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e> - acesso em 26 set. 2010.

reprodução social da agricultura familiar.

Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008, agricultura contribui para o desenvolvimento como atividade econômica, como subsistência e como fornecedor de serviços ambientais, tornando o setor um instrumento singular para o desenvolvimento.

O momento exige um estudo mais aprofundado para que se tenha um desenvolvimento sustentável e não apenas de crescimento. Com o agravamento da exclusão social relativa à apropriação social da produção agrícola, vislumbra-se um dos sintomas da necessidade de correção de rumos, pois acrescido à preocupação da economia baseada na agricultura familiar, compromete a qualidade de vida das gerações vindouras.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____, R. **O futuro das regiões rurais**. Globo Rural. Entrevista. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344,00.html> - Acesso em: 21 set. 2010.

_____, R. **Agricultura familiar**. Entrevista à GIPAF – Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/resenhas/futuroregioes.htm#famiar> - Acesso em: 21 set. 2010.

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: Como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

BANCO MUNDIAL / FAO. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008 – Agricultura para o desenvolvimento**. Banco Mundial: Washington. DC, 2008.

BUENO, R. **Por que faltam alimentos no Brasil?** Reforma agrária já! 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL, **Lei 10.696/2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em 30 set. 2010.

BRASIL, **Programa fome zero**. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e> - Acesso em: 26 set. 2010.

BRASIL, **Programa de aquisição de alimentos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa> Acesso em: 20 set. 2010.

LAMARCHE, H. A agricultura familiar. *in* RAMOS, C. E. P. **Limites, desafios e possibilidades do curso técnico subsequente da área agropecuária na perspectivas do desenvolvimento rural sustentável no Sudoeste do Paraná** – Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná 156 f. Curitiba, 2008.

OLINGER, G. **Êxodo rural: Campo ou Cidade?** Florianópolis: ACARESC, 1991.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Porto Alegre. 2007. 237 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

PERONDI, M. A. **Repensando a especialização agrícola**. Revista Agriculturas (Impresso), v. 6, p. 12-14, 2009. Disponível em http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=237079&a_id=211&a_seq=0 – Acesso em 23 setembro 2010.

RIBEBOIM, J. A. **Produtos agrícolas e mercados no agronegócio**. *In*: CALLADO, A. A. C. (org.) **Agronegócio**. 1. ed. - 2. reimp. – São Paulo: Atlas, 2006, p. 29-42.

SILVA, J. G. **O que é Questão Agrária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VIOTTI, E. B. **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável brasileiro**. *In*: BURSZTYN, M. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.